

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAIO VICTOR FERREIRA DA SILVA

CARNAVAL CARIOCA: UM PROBLEMA DE GESTÃO

Rio de Janeiro

Junho de 2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAIO VICTOR FERREIRA DA SILVA

CARNAVAL CARIOCA: UM PROBLEMA DE GESTÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho.

Rio de Janeiro

Junho de 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

SILVA, Caio Victor Ferreira da. **Carnaval Carioca: um problema de gestão.** Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Administração de Empresas. Junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (Orientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Renato Nunes Bittencourt (Banca Examinadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Examinado o texto da monografia.

Rio de Janeiro, junho de 2021.

Posso perder tudo menos o amor pelo meu time do coração: Vasco!

Aos meus irmãos, por todo suporte nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao Luciano Coutinho, amigo e orientador, não só pela orientação deste trabalho, mas também pela paciência diante das minhas inquietações, pelo companheirismo, e por dividir tantos momentos da minha militância na Administração e nesse passo final tão difícil para mim. Obrigado por tudo!

Aos trabalhadores da UFRJ, especialmente os da FACC e do CCJE: todo meu respeito e carinho ao conjunto de docentes, técnicos, profissionais da limpeza e segurança que possibilitaram minha formação.

Aos militantes do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ – DCE Mário Prata – e do CADM, por todos os aprendizados, desafios, alegrias e estresses, que são marcados em cada pedacinho do meu corpo.

Quero registrar meu agradecimento ao Coletivo “Nós Não Vamos Pagar Nada” onde me reencontrei na militância na UFRJ e depois se transformou em uma das maiores alegrias nesses anos, o Movimento Rua que, desde 2015, tem organizado minha vida, indignações e caminhos.

Ao Bonde, Coletivo de comunicação do RUA que construo até hoje e tenho como um filho.

Às amigas, que preenchem meus dias na UFRJ com felicidades. Que me apresentaram a muitas noções carinho e cuidado. Rhayane, Alex, Dias, Igor, Cacau, Leticia, Filippo.

Aos Amigos do Trabalho que fazem do nosso dia uma Roda Gigante, Obrigado Doug, William, Renan, Gameiro, Marcellus e Yggor.

À SDJ, amigos virtuais que se tornaram umas das minhas bases nos momentos mais difíceis, eu amo cada um de vocês.

À FAETEC que teve papel crucial em minha formação Política e Educacional, em especial ao ETE Oscar Tenório e ao Grêmio Estudantil, tal como todos os amigos que levo até hoje.

À minha família, que mesmo com tantas dificuldades, nunca mediu esforços para dar aos seus filhos algum pedaço do mundo. Muito obrigado aos meus pais, Rosane e José Carlos. Outro, especial, ao Caíque e Cássio, que aturaram muito meus estresses e deram todo o apoio imaginável. Agradeço também à Pablo, meu irmão, ao Tio Neto e à Yonara. E a Minha companheira, Aline, obrigado por toda paciência, Amo-te.

À educação pública brasileira – e a todos que dedicaram suas vidas para defender que esse direito não nos fosse vilipendiado.

Ao Vasco, time do meu coração que se mostrou, em tempos pandêmicos mais que um amor, uma terapia e uma alegria (nem sempre...). “Amor que não se explica, tudo passa e o Vasco fica!”

“No final da década de 1920, o Conselho Municipal da cidade sugeriu a extinção da festa. O argumento dos membros do Conselho era o de que a proibição acabaria com os distúrbios gerados pelo furdunço. O caricaturista J. Carlos, conhecedor das coisas da cidade, manifestou-se contra a proibição em uma charge que trazia uma sentença definitiva de alerta aos manda-chuvas: Acabar com o Carnaval? Cuidado, conselheiros... Por muito menos fizeram a Revolução Francesa.”

(SIMAS, 2018, p. 8).

RESUMO

A maior festa do planeta é o carnaval brasileiro. Com heranças de culturas europeias e africanas, a festividade é celebrada no Brasil “desde que o mundo é mundo”, como um espaço de apropriação da espacialidade urbana, celebrações culturais, geração de renda e muitas outras coisas. Para a Administração, especialmente a administração pública, a tarefa de discutir sobre fenômenos como o Carnaval é muito importante. O adensamento das cidades e a multiplicação das festividades em capitais como o Rio de Janeiro requer uma atenção especial do poder público, no sentido de viabilizar a existência do evento. No caso da cidade, observamos a partir dos anos 2000 movimentos de governos para pensar o carnaval, ainda que de forma difusa. Contudo, uma análise mais atenta sobre as movimentações revela uma intensa disputa pelos rumos do carnaval. O presente estudo buscou discutir algumas das disputas, a partir da análise dos relatórios da Comissão Especial do Carnaval da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, publicados entre 2017 e 2019. Com a pesquisa, temas como direito à cidade, mercantilização do carnaval e participação popular foram levantados, bem como questões endereçadas aos administradores que se ocupam de pensar a espacialidade urbana em seus contextos de trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Sobre o Carnaval no Rio de Janeiro	10
2. METODOLOGIA	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO	16
4. NOTAS SOBRE O CARNAVAL	17
4.1. Carnaval das Avenidas	17
4.2. Carnaval de Rua na cidade do Rio de Janeiro.	18
4.3. As Comissões Especiais do Carnaval na Cidade do Rio	22
4.3.1. Histórico	22
5. CONCLUSÃO	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1. INTRODUÇÃO

O carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro se apresenta, tanto pelo seu tamanho quanto pelo seu enraizamento como o maior evento cultural da cidade e um dos maiores do mundo. Sua história se mistura com a história do Rio e o processo de analisar essa história nos revela disputas, coalizões, demandas, movimentações de lutas por direitos e tantas outras coisas. Aos administradores envolvidos na produção do megaevento, cabe refletir sobre a relação que a população desenvolve com a espacialidade urbana a partir do fenômeno que é o carnaval de rua; evento que para existir convoca uma série de movimentações à administração pública. A presente monografia se dedica a discutir a gestão do carnaval carioca, entendendo que a administração pública enquanto campo de atuação profissional pode ser uma ferramenta importante para o fortalecimento (ou limitação) das possibilidades de apropriação da cidade, circulação de renda, organização popular, turismo e afins. Para isso, apresentaremos um pouco do histórico do carnaval de rua no Rio de Janeiro, bem como uma análise breve das movimentações que o poder público tem desenvolvido nos últimos anos para lidar com o evento, que hoje envolve turismo, geração de emprego e renda, cultura e está presente em diferentes dinâmicas da cidade.

Aproximar a formação em Administração das discussões sobre cultura popular é uma movimentação importante, tanto para aqueles e aquelas que pensam em trabalhar no campo da gestão pública e, portanto, mais conectados com pautas da cidade, mas também para o desenvolvimento de práticas mais conectadas com os territórios, sua cultura, tradição e, assim, produzir também do lugar da administração em instituições privadas boas práticas conectadas com as demandas que podem emergir de diferentes contextos. Partindo da ideia de que o carnaval é uma expressão cultural e que o direito à cultura é um direito humano, compreendemos que discutir sobre a maior festa do planeta tem um papel importante na formação e no exercício profissional.

1.1. Sobre o Carnaval no Rio de Janeiro

Ao contrário do que se imagina, as origens do carnaval no Brasil tem inspiração em eventos europeus. É inegável a contribuição de elementos culturais de países africanos na festa tal qual conhecemos hoje, mas a existência do carnaval no Brasil é mobilizada no bojo da colonização portuguesa, especificamente na interface com a religião. De acordo com a Biblioteca da UFRB (2008), o entrudo (festividade que marcava o início da

quaresma) é desembarcado no Rio em 1641 pelos portugueses - ainda que tal festividade já acontecesse desde bem antes do cristianismo, para marcar a chegada da primavera.

À época, a festividade era um conjunto de brincadeiras de rua, muitas vezes violentas e vexatórias, onde

Era comum os escravos molharem-se uns aos outros, usando ovos, farinha de trigo, polvilho, cal, goma, laranja podre, restos de comida, enquanto as famílias brancas divertiam-se em suas casas derramando baldes de água suja em passantes desavisados, "num clima de quebra consentida de extrema rigidez da família patriarcal" (2008)

O entrudo, praticado pela população escravizada, passa a ser criminalizado pela população e proibido pelo governo em meados do século XIX. Como aponta Ferreira (2010),

O Rio de Janeiro começava a se afastar de seu passado colonial e dava os primeiros passos em direção a sua futura inserção no processo capitalista global. Estas contradições se refletiriam na forma como a cidade ainda brincava seu carnaval. Uma forma que tinha permanecido praticamente imutável em sua essência: O Entrudo. (FERREIRA, 2000, p. 10)

Ao mesmo tempo, começam a surgir pela cidade, impulsionadas pela elite do Império, uma série de bailes de carnaval em clubes e teatros. Assim, no século XX a festividade consolida-se como um evento lucrativo e comercial, mas também um momento de reafirmação da segregação socioespacial - e racial - da época. É importante entender que no século XIX o pensamento iluminista possui efeitos nos fenômenos de modificações urbanas à época em todo o mundo. Pensando no carnaval, não foi um processo consensual entre a população, nem linear ou evolutivo a disputa sobre a criminalização contra o entrudo ou a criação de um “novo carnaval” (representado pelos bailes, por exemplo).

As resistências populares foram muitas - passa por aí a criação dos cordões, blocos e ranchos. A própria condição de existência do entrudo foi se transformando no bojo de tal disputa (o surgimento do samba em 1910 é um marco que incrementa tal disputa, a própria criação das primeiras escolas de Samba - Estácio e Portela, no Rio - também são marcos).

O processo de mercantilização do carnaval que se segue nas décadas seguintes se dá pelo fato da festa tomar grandes proporções (comerciais), inclusive com apoio da prefeitura à época, que começa a colocar arquibancadas na cidade (anos 1960). As grandes proporções que o evento passa a ter atrai o interesse de empresários de diversos ramos, com destaque aos empresários do jogo do bicho, que rapidamente desenvolvem relações com diversas agremiações. Anos depois, em 1984, é criado o Sambódromo no Rio. Trazemos as cenas para ilustrar um pouco do contexto de intensa disputa que existe em torno da história do carnaval.

De acordo com Ferreira (2000), as transformações pela história do carnaval, especialmente as que aconteceram entre a virada do século XIX para o século XX estão estreitamente relacionadas com as transformações urbanas do Rio, especialmente do centro da cidade, nesse mesmo período. Nas palavras do autor,

De 1850 a 1930, o Rio de Janeiro deixa de ser uma acanhada cidade de feições coloniais para refletir, em seu espaço urbano, sua condição de capital de um país integrado à economia capitalista global. Refletindo esta nova realidade, o carnaval carioca irá buscar, nos modelos parisienses, uma expressão que reflita os ideais burgueses de refinamento e integração com o mundo. Mas as novas ruas e praças do Rio de Janeiro, feitas para o flunar burguês, irão acolher, e mesmo impulsionar, um novo carnaval, de cunho popular, que se impõe. Os bailes, as mascaradas e os desfiles de alegorias da burguesia irão, no período carnavalesco, dividir as ruas do centro carioca com os cordões, os blocos, os cucumbis e os ranchos de acento eminentemente popular. Esta verdadeira batalha pelo domínio das ruas da região central do Rio de Janeiro e as mútuas influências sofridas por estes diferentes “carnavais” irão propiciar o surgimento de uma forma nova e singular de carnaval que, em alguns anos, definiu internacionalmente não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas também todo o país. (FERREIRA, 2000, p. 01).

Podemos, portanto, destacar três momentos da história do carnaval carioca:

- a) Até 1850: Entrudo
- b) 1850 a 1902: Burguesia se apropriando do carnaval e criando as práticas de um carnaval digno do Rio integrado ao mundo
- c) 1902 a 1930: Crescimento do carnaval de origem popular

Ainda que desde 1840 existam registros de eventos de carnaval nas ruas do Rio, em vários momentos, este foi esvaziado, seja pelo caráter de cultura de elite sob o qual ele foi iniciado, baseado nos Bailes Venezianos, quanto pela constante repressão dos poderes públicos sob festas e manifestações populares, quase que sempre associadas à culturas africanas que sofriam com um preconceito estrutural latente. Com a entrada no Século XIX e o fortalecimento de organizações como o jogo do bicho, houve uma grande virada do foco do carnaval carioca para o carnaval das passarelas, com uma crescente de investimento desses agentes e até mesmo da grande mídia o carnaval tornou-se um produto internacional e principal atrativo com o passar dos anos.

Em paralelo, com o esvaziamento e a falta de suporte do poder público, muitos blocos e fanfarras não sobreviveram ao período, em uma cidade sem estrutura se tornara difícil manter o formato apresentado anteriormente, o que fortaleceu o crescimento e manutenção dos chamados “blocos de bairro”, fanfarras e apresentações que quase sempre eram vinculadas a comunidade ao seu redor, muitas vezes sequer reconhecidas como uma atração carnavalesca.

Os blocos de bairro cresceram baseados em sua comunidade, normalmente com apresentações em praças ou em pequenos coretos, alguns cunharam sua identidade ao redor desse pertencimento. O fim dos anos 1980, com a abertura gradual do regime, foi um momento onde militantes de esquerda buscavam espaços para difundir suas ideias. A cultura popular foi importante nesse sentido. Em 1987 foram criados os blocos Simpatia é quase amor (Ipanema) e Barbas (Botafogo). Logo depois, foi a vez do Suvaco de Cristo, Bloco da Segunda e Carmelitas. Hoje contabilizam-se mais de 500 blocos.

Essa espontaneidade no surgimento de blocos foi ignorada pelo poder público. Na verdade, é bem recente a movimentação de se pensar a festividade, como já sinalizamos anteriormente. Desde 2009 o carnaval tem se destacado, também, pela reorganização por parte do poder público e pelo impasse no modelo de administração com o passar das gestões. Para agentes interessados nessa mudança o carnaval teve caráter inicial de transformação em mercadoria muito especial, porque está associada a manifestação cultural singular, que marca uma identidade local e torna a cidade atrativa, não apenas para as pessoas que ali residem, mas para turistas que buscam vivenciar esse grande espetáculo, como descrito por Machado (2017). Com as crescentes crises econômicas e a mudanças que ocorreram na cidade boa parte dos habitantes voltou a optar por passar seus

dias de folia na cidade, essa questão passou a pressionar a gestão governamental, que tenta cada vez mais mercantilizar a festa, como descrito no Relatório da Comissão do Carnaval de Rua do Rio (2018).

Tamanha é a relevância do evento que do ponto de vista econômico, como apresentado em levantamento feito pelo Ministério do Turismo, somente o setor, teve um impacto de cerca de R\$ 6,78 bilhões em todo o país, sendo o Rio de Janeiro responsável por cerca de R\$ 2,1 bilhões desse montante. E em números aproximados, o carnaval em 2019 reuniu mais de 7 milhões de foliões no Rio de Janeiro e movimentou R\$ 3,78 bilhões em receitas na economia da cidade.

Como um Megaevento por si só o Carnaval enfrenta um grande período de ruptura, com uma crescente onda de protestos por liberdade e em alguns anos forte repressão do aparato público, seja através da violência ou através do esvaziamento das festas na passarela, com seus investimentos cada vez mais reduzidos.

Diante do exposto esse trabalho tem como objetivo, através de uma pesquisa bibliográfica e observar os impactos dos modelos de gestão que se apresentaram durante os anos 2017 e 2019 e tentar responder a seguinte problemática: de que forma as medidas tomadas pela Prefeitura da Cidade do Rio influenciaram no modelo atual do Carnaval de Rua da Cidade? e quais as sugestões para o modelo de gestão do evento.

Em outras palavras, este trabalho tem por objetivo analisar os recentes relatórios da Comissão Especial do Carnaval e trazer a tona o debate do papel do gestor em relação ao Carnaval e seus impactos econômicos e sociais para a população e para os agentes envolvidos no evento. De forma mais específica, almeja-se analisar como o modelo atual se apresenta para a população e seus agentes reguladores e quais seriam as sugestões para conseguirmos atenuar as problemáticas que surgiram através dos anos. A escolha do proposto na presente pesquisa se inspira nos trabalhos de Machado (2017), Sanches (2013) e Vainer (2005). Neles se debate o viés mercadológico dos Megaeventos que implicaram a cidade do Rio de Janeiro e Como a gestão pública dá conta das mudanças decorrente desses processos. Nestes trabalhos se observa a crescente ambição por uma mercantilização do evento.

Estudos como o de Harvey (2005) e Vainer (2013) dissertam sobre a estruturação do espaço urbano, tal como apresentam como o planejamento urbano se espelhou cada

vez mais no planejamento empresarial e como as promessas de reorganização, embasado em uma promessa de solucionar a crise urbana presente na cidade, tal como em diversas cidades ao redor do mundo, Planejamento esse pautado no modelo de empreendedorismo neoliberal. Isso devido ao fato que essas mudanças levariam a cidade ao patamar esperado pelo “Grande mercado”, com condições aparentemente competitivas, cenário ideal para a atração de novos investimentos. Esses pontos também foram abordados em estudos de Santos Júnior e Ribeiro (2015) e Saches (2013)

O trabalho está organizado em cinco momentos distintos, sendo a introdução a primeira parte. Em seguida, é apresentada uma elaboração sobre a história dos blocos de rua no carnaval carioca, tomando como principal fonte de dados os relatórios da Comissão do Carnaval da Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre 2017 e 2019, com reflexões sobre planejamento urbano, na articulação de uma crítica sobre o viés empresarial que predomina no campo, apontando violações de direitos promovidas a partir dessa perspectiva. A terceira parte do trabalho reúne nosso referencial teórico do campo da administração e em seguida, apresentam-se os métodos e procedimentos do mesmo. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, onde é sustentada a defesa de um planejamento urbano que seja orientado para a promoção do bem estar da população, respeitando suas tradições culturais e regionais. Nesse sentido, concluímos o trabalho na afirmação de que gestão e carnaval são dois temas cujas relações são mais profundas do que imaginávamos.

2. METODOLOGIA

Para apoiar a construção das reflexões desta monografia, é escolhido enquanto método de trabalho o da pesquisa bibliográfica, que se desenvolve pela análise de materiais publicados no campo da Administração e Finanças mas também em campos de estudos interdisciplinares com foco no tema do carnaval carioca, a partir dos apontamentos de Vergara (2016).

Vale salientar que foram realizadas pesquisas em ferramentas de busca *online* em sites de revistas e periódicos científicos, priorizando os trabalhos de fundo crítico aos processos de mercantilização do carnaval de rua e criminalização dos blocos populares. Foram selecionados para a dimensão analítica sobre o carnaval carioca 04 relatórios apresentados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre os anos de 2017 e 2019, que exploram as análises no âmbito da Comissão Especial do Carnaval.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Gestão Pública surge num contexto um tanto quanto turvo quanto a sua delimitação e sua conceituação nítida, onde a Administração Pública e a gestão se confundem como semelhantes. Para dar início a esse estudo iremos utilizar os conceitos apresentados por Paludo (2012) que classifica a Administração como o ato de Administrar, compreendendo tanto a ciência e o ramo do conhecimento; quanto a função administrativa, aquela que é exercida pelo administrador e se ampara no conceito de PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e controlar). Para o desenvolver da função administrativa, pelo administrador, ele sempre deve utilizar os instrumentos necessários para auxiliar na tomada de decisão (amparada num planejamento, diretrizes, objetivos e estratégias) com o direcionamento de conduzir a organização/instituição ao objetivo desejado, com cooperação, integração e o alinhamento de esforços de todas as áreas interfaces, dirigindo-os para o alcance dos resultados visado.

A administração tem como um dos objetivos a melhoria de resultados de eficiência, eficácia e efetividade, e muitas vezes tem como o termo Administração sendo utilizado para definir altos níveis hierárquicos das organizações, mas também pode ser usado para definir áreas específicas como: administração de RH, administração de finanças, administração da produção. etc.

Gestão é relativa ao ato de gerir e é utilizada normalmente em alguns casos como: Referindo-se a toda função administrativa, sendo praticamente um sinônimo de administração; Quando relacionados às áreas de gestão (gestão de RH, gestão de finanças, gestão da produção etc.), sendo encarada pelo Mercado como especialização da administração, que compreende recursos, técnicas e ferramentas (genéricos ou específicos), constituindo-se numa espécie de "modelo de gestão" para cada área, chegando a ser um curso em algumas instituições de ensino; Quando se refere à função de gerir, tal como a Administração.

Para definir a Gestão Pública iremos nortear com o conceito de que a Gestão Pública é a área da Administração aplicada nas Administrações direta e indireta das três esferas (ou níveis) de Governo: Federal, Estadual e Municipal.

A Administração é a ciência que trata das organizações, e sua história remonta ao ano 5.000 a.C. Segundo Granjeiro (2006), a ideia central de administração é a ação

corretamente calculada para realizar determinados objetivos desejados. A administração é a ação humana cooperativa com alto grau de racionalidade.

A finalidade principal da Administração Pública é contribuir para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 32 da CF/88) e do objetivo maior do Estado: promoção do bem-estar da coletividade.

4. NOTAS SOBRE O CARNAVAL

Uma das referências quanto à análise do “espírito carnavalesco” é Bakhtin (2008) quando pensamos sobretudo na sua face claramente subversiva, horizontal e livre. O teórico investigará o campo popular do riso medieval e se atentará às manifestações cômicas no espaço público. A festa carnavalesca é uma das formas mais marcantes do riso popular na Idade Média, tendo em vista seu caráter provisoriamente universal, onde os sujeitos anônimos atuam num espaço desregulado.

Inspirado nas concepções de Bakhtin(2008) , Da Matta (1990) analisa o carnaval do Rio de Janeiro. O teórico investigará a relação complexa entre festividades tradicionais brasileiras e sua relação com o cotidiano. O carnaval de rua é o maior feriado do calendário e está relacionado com o rompimento com o trabalho e com uma mudança radical na rotina. Apesar do caráter previsto do carnaval em relação ao seu espaço no calendário, o tempo carnavalesco é altamente marcado pela imprevisibilidade em função do seu caráter espontâneo: “é construído pela e para a sociedade” (DAMATTA, 1990, p.15). Para entender o Carnaval, precisamos entender o significado das festas populares (de maneira ampla), já que o Carnaval é considerado a maior festa popular do mundo (BURKE,1995). Peter Burke (1995, p. 245): “Discutir festas é necessariamente discutir rituais” ; e mesmo com toda a complexidade que existe quanto a esse conceito.

4.1. Carnaval das Avenidas

O Carnaval das avenidas tem em sua origem os chamados blocos de arrastos, com uma forte influência da ditadura passou a ser cada vez mais militarizado, se não em sua formação mas também em sua concepção como conhecemos hoje. Como dito por Bittencourt (2014), a criação dos desfiles carnavalescos foi uma tentativa bem sucedida

das autoridades governamentais brasileiras controlarem disciplinarmente essas disposições efusivas dos foliões. Trouxe com isso a rigidez do estado para a festa que tomava espaço nas ruas, sendo ela um grande meio de mobilização, foi vista como importante para ser neutralizada. Simas (2017, p.09) discute sobre como os enquadramentos do carnaval e ataques correlatos são também formas de disputar no campo simbólico os corpos e mentes da população.

Com essa mudança de caráter a festa passa a ter um foco no mercado do carnaval, muito pautado na venda de ingressos que tirou os mais pobres da audiência da festa, nascida em suas origens e muitas vezes alimentadas pela própria comunidade que rodeia a escola mas que hoje é tratado como um espetáculo, para o consumo de turistas abastados e da elite economicamente viável.

Vítima de diversos tipos de censura, o carnaval se tornou um modelo, posteriormente exportado para outros estados e até outros países o modelo da festa se mostrou consistente e hoje é responsável pela maior parte da arrecadação no município. O carnaval da irreverência se tornou um grande produto nos dias de hoje e o papel da Prefeitura em capitanear esse processo de venda do carnaval

Como objetivo desse trabalho iremos focar no carnaval de rua, o que é baseado nessa espontaneidade e que trás consigo o histórico da cultura local e todos os seus percalços.

4.2. Carnaval de Rua na cidade do Rio de Janeiro.

Quando observamos a maior festa popular na cidade do Rio de Janeiro conseguimos observar diversas nuances de se encarar o carnaval carioca, quase sempre, delimitadas pela dinâmica de territórios, com modelo de festas totalmente diferentes quando falamos da região central, subúrbios e regiões adjacentes.

Enquanto na região central encontramos um forte crescimento nos blocos comerciais impulsionados pelo patrocínio da Prefeitura da Cidade e de Grandes empresas, temos também o contraponto de uma forte resistência vinda de blocos independentes, baseados no preceito de livre manifestação que constroem um carnaval irreverente e com uma organização muito mais orgânica, surgindo , algumas vezes, de maneira auto organizada, sem planejamento prévio ou até mesmo organização responsável.

Tal modelo tem demonstrado que o modelo hoje apresentado para prefeitura pode não abarcar esses blocos, uma vez que vários deles tem um crescimento exponencial. A exemplo do “Cordão do Boi Tolo”, bloco auto organizado que não possui banda ou músicos fixos e aceita a participação de qualquer pessoa e que, no ano de 2019, reuniu mais de 20 mil foliões no Domingo de Carnaval, de acordo com dados da imprensa local.

O Subúrbio se destaca pelo abandono das tradições cada vez mais latente, com um número de blocos muito pequeno e uma alta rotatividade, os organizadores encontram dificuldades de obter autorização e patrocínios, uma vez que o modelo apresentado pela administração municipal é muito mais focado no Eixo Centro – Zona Sul.

Não é por acaso que o problema do carnaval se apresenta ao poder público ao fim da primeira década dos anos 2000, depois de anos de abandono quase completo. No bojo da construção do Rio como cidade dos megaeventos, muitas ações foram orquestradas pelo grupo hegemônico no poder, com objetivo de experimentar na cidade um laboratório de intervenções para o novo momento de desenvolvimento das cidades no capitalismo neoliberal. Assim, o Rio seria uma capital mundial do turismo, que passaria em poucos anos por muitos eventos. Para citar os principais: em 2007 foram os jogos Pan-Americanos, em 2011 os Jogos Mundiais Militares, em 2012 a Rio +20, seguida pela Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014, Copa América em 2015 e Olimpíadas em 2016. Silva (2019), ao debater as mudanças realizadas pelos dois grandes eventos do período (Copa do Mundo e Olimpíadas), distingue dos demais. Tanto pela maior circulação de pessoas e maior fluxo de dinheiro envolvido como também por um efeito desencadeado pelos eventos que envolve uma remodelação do Rio inédita, pois os impactos de receber centenas de milhares de pessoas (tirando o máximo de lucros disso) fez com que o poder público operasse uma remodelação completa da cidade, quer a população queira ou não (SILVA, 2019, p. 12 - 13).

A produção dos eventos, ao mesmo tempo que se mobilizou pela intervenção em territórios da cidade com práticas como remoções e obras de alargamento de vias, também tinha um objetivo de mudar a ideia que se tinha no mundo sobre o território enquanto um local de violências. Mascarenhas, Athayde, Santos e Miranda (2012) nos lembram que não podemos produzir tais análises sem considerar que o Brasil no seu período

neodesenvolvimentista¹ passava por um período de reposicionamento na geopolítica mundial e que os megaeventos também seriam importantes para tal reorientação. Segundo os autores,

Os megaeventos eventos esportivos e, particularmente, a realização dos Jogos no Rio de Janeiro, são vistos como parte de um projeto que, ao mesmo tempo, garante transformação interna e reformula a imagem externa brasileira. A justificativa compreende argumentos em favor dos Jogos como um catalisador de obras e investimentos, dinamizando a economia e fortalecendo a posição da cidade e do país no mercado mundial. Deste modo, ainda que superestimados, os impactos sociais e econômicos esperados dos Jogos Rio 2016 se articulam ao próprio projeto nacional idealizado pelos intelectuais governistas (MASCARENHAS, ATHAYDE, SANTOS E MIRANDA, 2012, p. 20-21).

Em função desse ciclo de atividades, o Rio começaria a se forjar como um espaço cujo trânsito de pessoas era limitado por fatores de classe, raça e território. Com o Carnaval não seria diferente, e mecanismos de estado foram construídos para garantir essa questão. Até 2009, não existia um esforço na cidade do Rio de Janeiro de pensar o Carnaval. É apenas no Decreto do Prefeito do Rio de Janeiro n. 32.664/2010 onde vemos o tema começar a surgir como um problema tomado pela Prefeitura do Rio. Ainda assim, de forma muito incipiente e insuficiente. O decreto, na verdade, começa a enquadrar no âmbito municipal os eventos como coisas que deveriam seguir alguns protocolos para a realização, como por exemplo a autorização prévia para desfilar e ocupar espaços públicos da cidade. O rito seria conduzido pela Secretaria de Turismo, com apoio da CET-Rio e Subprefeituras locais. A problemática se desenvolveria, como destaca Fernanda Amim (2017), ao relatar que a prefeitura começaria a cobrar, para os eventos acontecerem, determinada infraestrutura e controlar patrocínios. Poucos anos depois, a grande quantidade de blocos realizadas pela cidade já não conseguia ser enquadrada pela estrutura inicial. É criada pela prefeitura uma nova estrutura, chamada “Comissão Especial de Avaliação de Blocos” - prevista no Decreto n. 77.182/2013, que viria a avaliar a aprovação ou não das autorizações para os desfiles dos blocos de rua. Os critérios de avaliação, conforme constam no decreto, são:

¹ Neodesenvolvimentismo é uma categoria utilizada para caracterizar a forma de reprodução do capitalismo no Brasil desde o início dos anos 2000, correspondente ao período de ascensão ideológica do lulismo. Para mais informações sobre o tema, ler Mulatinho (2015).

- a) A tradição do Bloco de Rua;
- b) As características do Bloco em relação ao Carnaval de Rua do Rio de Janeiro;
- c) As características do Bairro/Região onde pretende desfilar o Bloco;
- d) A relação que o Bloco de Rua mantém com a localidade/comunidade;
- e) O local de realização do desfile pretendido;
- f) A estimativa de público; e
- g) Os possíveis impactos que possam interferir no dia-a-dia da localidade.

O órgão reuniu representantes de diferentes áreas da administração pública (transporte, tráfego, ordem pública, turismo, limpeza urbana, guarda municipal, entre outras). À época, especialistas, foliões e militantes criticaram muito como o Decreto não apenas se interessaria puramente em pensar a organização do carnaval, mas atender a interesses privados, a medida que

se esses grupos não sabem onde estão os blocos, e se os blocos podem fluir livremente pelo espaço, as ações de marketing e o controle da venda de produtos (especialmente de cerveja) de marcas diferente da do patrocinador não podem ser desenvolvidas. É a mesma estrutura e o mesmo modelo de regulamentação criado para a realização dos megaeventos esportivos (sobretudo as olimpíadas), que foi massivamente questionada e criticada por muitos juristas, pesquisadores do campo do urbanismo, e pela população em geral, que percebeu que estava tendo seus direitos cerceados. [...] Porque ao autorizar um bloco ou banda a desfilar pelas ruas, a prefeitura está no fundo autorizando quem pode ou não ocupar o espaço público. Só que todos nós temos o direito de ocupar os espaços públicos, correto? Após longos períodos de proibição ao uso dos espaços públicos, e de realização de manifestações sociais e culturais, a Constituição Federal determinou, no art. 5º, inciso IX, o livre desenvolvimento de determinadas atividades, inclusive a artística, independentemente de licença, buscando não só resguardar o direito à expressão cultural dos cidadãos, mas também evitar que a cultura passasse por exame de conveniência por parte do Poder Público. Além disso, também foi assegurada a liberdade de reunião e manifestação nos espaços públicos, independentemente de autorização, desde que não frustrasse outra reunião previamente marcada e que fosse

realizada de forma pacífica, sendo necessário, unicamente, o aviso prévio à autoridade competente. (AMIM, 2017, p. 13).

O período de Eduardo Paes à frente da Prefeitura do Rio foi de acirramento de um modelo de carnaval, que pode ser conhecido como carnaval-olímpico. Nesse período, muitas das principais contradições do ciclo dos megaeventos são presentes na condução da festa - como a expansão de parcerias público-privadas, absolutamente problemáticas do ponto de vista de remodelar o que se entende por carnaval. Um de seus piores atos à frente da prefeitura, que impactou também o carnaval, foi a criação do Choque de Ordem, que massacrava trabalhadores ambulantes e pessoas em situação de rua. Há uma relação direta disso com o processo de mercantilização da cidade, já que em alguns tipos de parceria público-privada, empresas de cerveja demandavam da prefeitura o monopólio da venda de bebidas em determinados locais.

4.3. As Comissões Especiais do Carnaval na Cidade do Rio

4.3.1. Histórico

Ainda que o Carnaval seja um evento de muitos anos - como pudemos ver no breve histórico inicial apresentado neste trabalho - o exercício do poder público de refletir, problematizar e produzir diagnósticos e propostas sobre o evento nunca foi um exercício extenso. É claro que do lugar das prefeituras há um preparo logístico, econômico e político para os eventos, mas são recomendações de governo geralmente, e não de estado. Uma cena que ajuda a ilustrar tal questão diz respeito ao prefeito do Rio de Janeiro durante 2016 - 2020, o Bispo Marcelo Crivella (Republicanos), adepto a um campo político conservador, que travou uma batalha ideológica contra o carnaval e reduziu recursos para o evento e criou impedimentos para a realização da festividade² durante seu mandato.

O carnaval, por sua história, dimensão e enraizamento, é a maior manifestação cultural da cidade do Rio de Janeiro. Seus passos se misturam aos da cidade, as disputas que o envolvem são também as disputas em torno da cidade. Sua passarela são as ruas. Seus protagonistas, os de fora das elites. A arena do carnaval sempre foi a

² <https://www.carnavalesco.com.br/crivella-faz-uso-de-fake-news-para-atacar-carnaval-em-programa-eleitoral/>

arena pública. O poder público, portanto, não tem como - nem deve - estar alheio à festa. Ao contrário, precisa garantir políticas que incentivem o caráter popular, democrático e comunitário da manifestação, ao mesmo tempo em que deve preservar a autonomia e o protagonismo dos variados tipos de agremiações carnavalescas. (Relatório da Comissão Especial de Carnaval do Rio, 2017, p. 05 - 06).

É por isso que concordamos com Simas (2018, p. 09) quando ele afirma que é uma disputa pela rua que motiva muitas das ações que desqualificam o carnaval. Por entender a cultura como potência transformadora, inclusive. Nesse sentido, o exercício proposto pela Câmara dos Vereadores do Rio de ter uma Comissão que se dedica a discutir as relações entre administração pública e carnaval é muito importante. A primeira experiência, iniciada em 2017, teve a seguinte composição: Tarcísio Motta (PSOL) como presidente; Fernando Willian (PDT) como relator; e Marcelo Siciliano (PHS) como membro. O relatório final, entregue em 04 de dezembro de 2017 em evento público na Cinelândia (Centro do Rio, onde fica localizada o prédio da Câmara dos Vereadores), conta com 67 páginas, onde encontra-se questões relativas ao carnaval de rua e de avenida. Durante o processo de trabalho, contou com uma série de reuniões e eventos, destacando-se alguns espaços abertos ao público, onde foram trabalhadas “escutas” de pessoas com implicação mais direta no evento, a fim de produzir um levantamento de questões mais situado. Destacamos aqui a realização de uma reunião aberta sobre carnaval de rua (14 de junho de 2017), uma audiência pública sobre financiamento do carnaval (26 de junho de 2017) e um debate público sobre “carnaval, trabalho e cidade” (26 de outubro de 2017). As três modalidades de evento distintos nos ajudam a pensar num evento que é diverso e que na sua expressão de rua - como os blocos - há uma série de movimentações essenciais que ajudam a mover a engrenagem social - desde geração de empregos, ocupação de espaços da cidade e fomento às culturas locais - que devemos refletir.

Simas (2017) reflete sobre o tema ao sustentar que há uma disputa de cidade que é efetivada no processo de construção e experimentação daquilo que é considerado apenas *folia* para muitas pessoas. Nesse sentido, as ruas (espaço tradicional de sociabilidade) encontraram na história das cidades diferentes embates. Seja no campo do debate de segurança pública, no debate moral ou no debate de financiamento (que se inscreve no Rio num contexto de alta especulação imobiliária, remoções e violências de estado contra a população, acirrado com o ciclo dos megaeventos),

A segunda experiência de Comissão Especial do Carnaval, criada no ano de 2018, tinha a composição: Tarcísio Motta (PSOL) na presidência; Verônica Costa (MDB) como relatora e Marcelo Arar (PTB) como membro. Em 49 páginas, o relatório discute questões importantes sobre o papel do carnaval em tempos de disseminação do ódio e da intolerância, para conter o avanço de comportamentos neo-fascistas e fortalecer o direito à cidade. Com o manifesto “mais carnaval, menos ódio”, o documento se firma enquanto um momento de politizar o evento de forma mais aprofundada que no ano anterior. Cabe destacar que 2018 é um ano de acirramento na disputa política no Brasil, em que lideranças políticas ligadas à extrema direita se consolidam em todos os cantos do Brasil, inclusive na presidência da República, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

Chegando em 2019, terceiro ano de trabalho da Comissão Especial, com o acirramento das medidas de sucateamento do carnaval por parte da prefeitura de Marcelo Crivella, o mote é “Carnaval é Direito!”. A presidência da comissão segue com Tarcísio Motta (PSOL), a vereadora Veronica Costa (MBD) segue como relatora e Marcelo Siciliano (PHS) volta a participar como membro. Com 82 páginas, o relatório final foi apresentado à sociedade como uma sistematização de graves negligências que a prefeitura do Rio cometeu. Destacam-se o acirramento da lógica mercantilizada do carnaval de rua, o desrespeito à tradição de blocos, a repressão a ambulantes e foliões, o abandono da Cidade do Samba, o descaso com a Marquês de Sapucaí e a falta de incentivo às escolas de samba (Relatório da Comissão Especial do Carnaval, 2019, p. 05). Destaco importantes recomendações feitas pela Comissão, que não foram implementadas pelo poder público:

1. Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
2. Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Rua, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre poder público e representantes de blocos de carnaval, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do carnaval de rua e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
3. Preservar a espontaneidade do carnaval carioca, garantindo a livre manifestação cultural no espaço público, sem restrições burocráticas, ficando a cargo da prefeitura implementar um método democrático para mediar situações em que seja

necessário compatibilizar eventual compartilhamento de espaço entre atividades da mesma natureza no mesmo dia e local;

4. Definir critérios democráticos para a aplicação da verba de patrocínio destinada aos blocos que está prevista no caderno de encargos, garantindo equidade territorial entre os blocos que desfilam nas diferentes áreas de planejamento da cidade; entre outros

As recomendações expressas no texto nos ajudam a delimitar melhor o que pode ser o papel da administração, no campo da gestão pública, para lidar com as demandas de cultura. Não é exatamente um ato de criar aparatos na burocracia, mas criar um ambiente democrático e uma cidade com estrutura suficiente para subsidiar a emergência de expressões culturais.

5. CONCLUSÃO

Se entendemos o carnaval como uma manifestação cultural e, recuperando os preceitos da Constituição Federal de 1988 de incentivo a manifestações culturais em seu artigo 5º de forma livre, debater o papel da administração pública para fortalecer tais atividades não passa exatamente por enquadrá-las em normativas e procedimentos burocráticos - que, em muitos casos, são atravessados por um olhar moralizante dos operadores das políticas públicas ou até mesmo inviabilizados pelos procedimentos necessários - mas discutir o espaço que a gestão pública provê para que as cidades sejam efetivamente espaços com estrutura para serem experimentados em diferentes dimensões, com segurança para todas as pessoas.

Essa postura para também por uma rediscussão do estatuto da cultura de rua - que foi duramente criminalizada pela história e ainda é - mas que pode ser tolerada quando produz lucros para alguns grupos. Entender também que todo o processo de disputa do carnaval de rua é fortalecido com a disputa que o neoliberalismo faz contra a diversidade e a expressão de cidadania e apropriação da cidade de povos insurgentes é central para entender o caráter político da festividade. Assim, acabar com as escolas de samba que não são dos grupos de destaque e tornar as que restarem vitrine para lucros com turismo, domesticar os espaços de rua e ordenar a expressão subjetiva da população com o mundo, domesticar e colonizar corpos cariocas é importante para a manutenção do *status quo* como nos ajuda a entender Simas (2017) ao afirmar que o controle colonial dos corpos

continua firme e se atualiza, disputando no campo das culturas populares hoje sua hegemonia. Defender o carnaval como uma festa popular é mais que defender sua realização, mas defender um método de realização que seja democrático, respeite a diversidade, a liberdade e entenda, como destaca Fernanda Amim (2017), que o carnaval não deve ser entendido como uma mercadoria, como um produto, mas como uma expressão cultural, uma festa dos povos, para os povos e feita pelos povos.

Medidas como a criação da Comissão Especial de Avaliação dos Blocos, em 2013, ainda que publicamente aparentem um ar democrático e uma preocupação com a garantia da execução com qualidade dos eventos, não exatamente se efetivam como uma coisa ou outra. Restringem a ocupação do espaço urbano e asseguram que alguns grupos seguirão sendo os únicos que poderão ocupar determinados territórios. Se não forem construídas com os agentes do carnaval - a população em geral, os blocos, as escolas de samba, os pesquisadores e pesquisadoras - as ações de governo com o carnaval terão sempre um caráter de interferência, como algo que vem de fora como imposição sobre uma realidade. Nesse sentido, há pouca diferença entre os governos foliões de Eduardo Paes e o governo evangélico de Marcelo Crivella. Enquanto o primeiro fortalece a lógica de carnaval liberal, com muito espaço para práticas privatizantes do espaço público e relações controversas com grandes empresas, o segundo finge que a festividade não existe. Para terminar, convocamos novamente Simas (2018) para dizer que é exatamente isso que estamos vivendo hoje. O Carnaval está espremido entre o cassetete, o discurso moralista e demonizador do “homem de bem” e a mercantilização de praticamente todas as características da festa (p. 10). Sa a responsabilidade de pensar o carnaval no Rio é historicamente da Secretaria de Turismo e não da pasta de cultura, fica nítido uma racionalidade para pensar o evento. A população também deve ter seu lugar de protagonista da formulação do que deve ser o carnaval de rua e não apenas de espectadora de uma festa que é antes de tudo ancestralidade, cultura, encontro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 201-58.

ADDISON BARACCHINI, Sabrina. **A inovação presente na administração pública brasileira**. Rev. adm. empres. [online]. 2002, vol.42, n.2, pp.1-6.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ADORNO, Theodor. **Industria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira: significados do festejo, no país que “não é sério”**. Tese de doutorado em antropologia. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo:USP, 1998.

ARAÚJO, Hiram. **Carnaval: 4000 anos de história**. Rio de Janeiro:s.e. No prelo.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro:Rocco. 1993.

AUGRAS, Monique. **“A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de ‘motivos nacionais’.**” In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Olhos de ver, ouvidos de ouvir: os “ambientes malsãos” da capital da república**. In: ABREU, Maurício de Almeida. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 317-33.

BARROSO, F. M. . **Subversão e Purpurina: O carnaval de rua não-oficial do Rio de Janeiro**. *Entre.Meios* , v. 13, p. 1-12, 2017.

BARROSO, F. M. ; FERNANDES, C.S. . **Os limites da rua: uma discussão sobre regulação, tensão e dissidência das atividades culturais nos espaços públicos do Rio de Janeiro**. *POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA* , v. 11, p. 100, 2018.

BITTENCOURT, RENATO NUNES. **O retorno do espírito dionisíaco na Selva de Pedra: intervenções báquicas na rua, no jogo, na festa e na política contra a vida administrada**. *Revista Húmus*, v. 4 n.11, p. 136-154, 2014.

BURKE, Peter; BOTTMANN, Denise. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 385 p.

CANUTO, Frederico . **Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte-para-a-guerra: da política ao político e vice - versa**. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos* , v. 18, p. 485-506, 2016.

CARVALHO, C. A. P. ; MADEIRO, G. . **Carnaval, mercado e diferenciação social**. *O&S. Organizações & Sociedade* , v. 12, p. 165-180, 2005.

CARVALHO, M. J. F. ; MAGALHAES, M. T. Q. ; GALINDO, E. P. . **Megaeventos de rua: a contribuição teórica e metodológica do plano de estruturação físico-ambiental do carnaval de Salvador (PEC) para o planejamento dos eventos e das cidades**. In: *Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2012, 2012, Brasília. Anais do Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2012, 2012.*

COSTA, Haroldo. **Cem anos de carnaval no Rio de Janeiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração Pública e Políticas Públicas**. In: EnAPAG 2010, 2010, Vitória - Espírito Santos. ENAPG 2010, 2010. v. 1. p. 01-15.

FERREIRA, Luiz Felipe. Rio de Janeiro, **1850-1930: a cidade e seu carnaval**. Espaço e Cultura (UERJ), v. 9/10, p. 7-33, 2000.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes,

FRYDBERG, M. B. . **Novos agentes e novas configurações no carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro**. PONTO URBE , v. 20, p. 01, 2017.

FRYDBERG, M. B. . **Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro**. PRAGMATIZES- REVISTA LATINO AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA , v. VII, p. 161-176, 2018.

FRYDBERG, M. B. ; KOSSAK, A. ; MACHADO, G. P. . **O papel do poder público no carnaval dos blocos de rua: a formulação da festa na cidade do Rio de Janeiro hoje..** In: VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2016, Rio de Janeiro. Anais VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de 2016- Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. v. 7. p. 1551-1564.

FRYDBERG, M. B. ; KOSSAK, A. ; MACHADO, G. P. . **Breve análise sobre a consolidação de um mercado do carnaval de rua no Rio de Janeiro hoje..** In: V ENCONTRO DE ENGENHARIA NO ENTRETENIMENTO 3E/UNIRIO, 2017, Rio de Janeiro. Anais do 5º Encontro de Engenharia no Entreterimento 3E/UNIRIO, 2016, Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. v. 5. p. 386-398.

FRYDBERG, MARINA BAY . **A maioria dos blocos trabalham bloco como produto sim: uma análise do carnaval de rua do Rio de Janeiro através das suas práticas empreendedora e seus múltiplos significados**. POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA , v. 9, p. 605-625, 2017.

GUARINELLO, N. L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2001. s/p

HARVEY, DAVID. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: annablume, 2005.

LAFLOUFA, J. **Skol volta atrás e troca peças de campanha de Carnaval por opções que incentivam o respeito**. Portal B9, 13 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.b9.com.br/55260/advertising/skol-volta-atras-e-troca-pecas-decampanha-de-carnaval-por-opcoes-que-incentivam-o-respeito/>>. Acesso em: 4 maio de 2021.

MACHADO, F. A. S. . **Curta Livros - Ei você aí, me dá um dinheiro aí?**. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

MACHADO, F. A. S. ; BRETAS, T. . **Quando o feminismo encontra o carnaval: o bloco das mulheres rodadas e a luta por direitos**. REVISTA ENFOQUES (RIO DE JANEIRO) , v. 15, p. 1, 2016.

MACHADO, Fernanda Amim Sampaio. **Ei você aí, me dá um dinheiro aí?: conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris , 2017. 224 p. . ISBN 9788551904237.

MAGALHÃES, Mirian Martins da Motta. **Escolas de samba cariocas: a busca da vitória nos desfiles e na comunicação**. In: Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 127-138, nov. 2010.

PALUDO, AUGUSTINHO VICENTE. **Administração pública I** Augustinho Vicente Palude. - 5. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. 2016.

PEGADO, Israel Antonio Sequeira. **A evolução do Carnaval Carioca: a festa popular que virou produto**. Pará: Universidade Federal do Pará, 2005.

RIO DE JANEIRO (cidade). Decreto Nº 37.182, de 20 de maio de 2013. Dispõe sobre a Criação da “Comissão Especial de Avaliação de Blocos de Rua” na Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário oficial do município, Rio de Janeiro, RJ, 20 mai. 2013. Disponível em:

<http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=2078&page=9>. Acessado em 02 de maio de 2021.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2017.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2018.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2019.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2020.

SÁNCHEZ, F.. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. 2. ed. Chapecó-SC: ARGOS Editora Universitária, 2010. 557p .

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, C. (Org.) ; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) . **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 542p

SIMAS, Luiz Antônio. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2017.

SIMAS, Luiz Antônio. Câmara Municipal. **Relatório da Comissão Especial do Carnaval**. Rio de Janeiro, 2018.

SIQUEIRA, GUSTAVO SILVEIRA ; VASQUES, PEDRO HENRIQUE RAMOS PRADO . **O carnaval de rua do rio de janeiro como uma possibilidade de exercício do direito à cidade**. Revista da Faculdade de Direito (UFPR) , v. 60, p. 137-161, 2015.

VAINER, C. B.. **Planejamento Urbano e Democrático no Brasil**. In: Erba; Oliveira; Lima Jr.. (Org.). cadastro Multifinalitário como instrumento de busca da política fiscal urbana. Rio de Janeiro: , 2005, v. , p. 131-139.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.